

**PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *China, passado e presente: um guia para compreender a sociedade chinesa*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2013. 248 p.**

**Matheus Oliva da Costa**

Mestrando em Ciência da Religião  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
matheusskt@hotmail.com

**Matheus da Cruz e Zica**

Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões  
Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba  
matheusczica@gmail.com

Rosana Pinheiro-Machado, antropóloga reconhecida nas ciências sociais, em âmbito brasileiro e internacional, em 2013 realizou uma importante contribuição à sinologia lusófona. Seu livro, *China, passado e presente*, tem como ponto forte a sensibilidade de antropóloga para ler a formação histórica chinesa e suas recentes transformações. Ao contrário da tendência de focar em grandes feitos, o livro consegue abranger costumes culturais populares, relações interétnicas, relações de gênero, críticas políticas, sem perder de vista eventos importantes mais gerais do Império do Meio. Um dos fatores que mais qualifica sua obra é a capacidade e disponibilidade que a autora tem de produzir uma leitura da China e da situação mundial atual a partir de uma visão estruturada nos próprios referenciais e parâmetros chineses, o que para o leitor brasileiro é algo bastante inovador e um exercício necessário.

Para tanto, a autora precisou de certa ousadia, de forma que tentou não somente sintetizar mais de quatro mil anos de história, mas também tecer importantes comentários para a compreensão da China contemporânea. Não é por acaso que há desde o início a irônica frase de um dos importantes sinólogos que influenciam este livro, John Fairbank: “Conectar o passado da China com o seu presente pode ser uma tarefa divertida. Em meio a um cenário de especialização, um pesquisador responsável veria muitas falhas em fazer comparações amplas como essas. O que nós precisamos, portanto, é uma pitada de irresponsabilidade”. Tal raciocínio pode ser notado ao longo de toda a obra, já que um dos objetivos é justamente mostrar a ligação entre o passado histórico chinês e suas recentes reestruturações. Assim, trata-se de um livro elegantemente irresponsável.

Através desta obra, Pinheiro-Machado deseja que os/as leitores/as encontrem ferramentas para entender a cultura chinesa e suas múltiplas expressões. Evitam-se assim respostas apressadas sobre a China, como ‘a China quer dominar o mundo’. Ainda que, por outro lado, como está escrito na orelha do livro, desde 1949 este país tem papel central nos acontecimentos políticos mundiais do século XX e XXI, sobretudo no que concerne às expectativas internacionais sobre o papel e importância do socialismo ou capitalismo como modelo de sociedade.

Além de tudo isso, o livro foi escrito com um tempero especial: ele é dedicado ao leitor brasileiro, de forma que se diferencia qualitativamente de obras traduzidas que, ainda que tenham boa qualidade, miram um público europeu e norte americano e falam a partir de pressupostos distintos dos nossos. Somado a isso, o livro tem a contribuição de vários outros especialistas em temas que relacionam culturas chinesas e o Brasil, com ênfase nos aspectos comerciais

e de migração. Essas colaborações estão concentradas na parte III, “A China no Brasil e o Brasil na China”, onde há a reunião de múltiplos olhares de nossos conterrâneos sobre a China. Isso aponta para uma postura acadêmica madura por parte da autora no sentido de estimular e cultivar uma produção do conhecimento de maneira coletiva conectada a uma rede de autores. Antes disso, no entanto, a autora teceu um histórico da China imperial e da China moderna, cada uma em uma parte, contando com contribuições esporádicas de outros autores convidados.

A primeira parte de *China, passado e presente* enfatiza um pressuposto muito importante e que o leitor deve estar atento se quiser entender melhor sobre as culturas chinesas: “Não é possível entender a China ignorando as suas primeiras dinastias” (p. 51). A autora, após anos de estudo nessa temática, passando por importantes centros de estudos sinológicos – como o *Fairbank Center of Chinese Studies*, lotado na prestigiada Universidade de Harvard – notou como elementos da história chinesa muitas vezes se repetem. Alguns desses elementos têm ressonância até hoje na vida chinesa, sobretudo, a moral confuciana na vida cotidiana. Tema também enfatizado pelo próprio John Fairbank em sua instigante obra, *China: uma nova história*, disponível em português já há quase uma década (cf. Fairbank, 2006).

Pinheiro-Machado se propôs a tratar de assunto tão amplo como a história da cultura chinesa desde seus primórdios de modo sintético. Por exemplo, entre as primeiras dinastias e o primeiro grande império unificado que marcou noções coletivas de identidade *han*, foram dois mil anos de história em menos de 30 páginas! Resultado: seleções e sínteses de informações. Observa-se também uma leitura “moderna” e crítica sobre o passado Chinês, adaptada ao vocabulário brasileiro das ciências sociais. Nota-se, no entanto, que mesmo resumida, o leitor neófito tem em mãos os principais elementos para entender da história chinesa. E para brasileiros que já conheçam sobre essa história, irá ver uma escrita sofisticada e conectada ao nosso tempo e cultura.

Há um ponto fraco presente em todo livro, mas que aparece com mais força na primeira parte. Ainda são usados termos redutores e desatualizados em algumas partes que tocam em dimensões cultural-religiosas, como “sociedade altamente supersticiosa” (p. 26), “seita” (p. 49). Primeiramente, não é interessante ver nenhuma sociedade como “supersticiosa”, pois pode criar uma divisão imaginária entre uma suposta forma correta de ver o mundo – seja religiosa ou “secular” – e outra forma que estaria ligada a certo “primitivismo”. Uma alternativa interessante da Antropologia da religião é falar de práticas e cosmovisões mágico-religiosas, noções que estão presentes em todas as religiões conhecidas e em todas as culturas. Segundo, o uso do termo “seita”, se referindo aos daoístas chamados de Turbantes Amarelos, foi descontextualizado, denotando certa visão pejorativa no uso do termo. Por que não falar do *movimento* ou *religião* dos Turbantes Amarelos? Dessa forma, apesar da alta qualidade do livro, é notável como o tema religião é pouco notado. Outro livro recém-lançado no Brasil sobre culturas chinesas (Poceski, 2013) já alerta com muita propriedade sobre a necessidade de entender o campo religioso chinês para se entender da China em geral.

Em algumas partes do livro podemos perceber certa influência marxista, que em partes limita, e em partes é ricamente crítica. No sentido de limitação, ainda vemos termos do contexto europeu, como “feudal” (p. 29), sendo usado para ler a história chinesa. Ainda que o termo seja muito usado, seria interessante usar termos mais apropriados, como traduções de termos chineses para falar da própria noção nativa de organização sociopolítica. Por outro lado, essa influência marxista nos ajuda a perceber a realidade a partir de um escopo mais alargado. Aborda criticamente o objeto estudado e assim revela questões ainda não discutidas no Brasil sobre a história chinesa, como relações de poder entre imperialismo e o processo de vitimização que os chineses usaram para, inclusive, dominar outros reinos e etnias (p. 53).

É interessante ressaltar o olhar da autora para o fato de que o Confucionismo pode ser visto como narrativa estrutural da sociedade chinesa (p. 34). Mas, ao mesmo tempo, se trata de um discurso flexível (p. 53) usado pragmaticamente conforme a necessidade da população, e, principalmente, dos governantes. Essa pode ser uma ferramenta chave para compreender a atual situação chinesa: um estado socialista que busca a harmonia social (noção tipicamente confuci-

ana!), mas que também faz uso da força quando achar necessário. Dessa forma, a política chinesa mostra seu pragmatismo, sem, no entanto, se desfazer do legado que a estruturou.

Uma questão bastante chamativa é a sensibilidade para adentrar na vida privada da população e da corte. Percepção inteligente dos aspectos simbólicos culturais que passam despercebidos em análises que se concentram na macro história. Os estudos sobre China no Brasil ganharam muito neste aspecto: a sensibilidade de uma antropóloga nos mostra como é relevante estudar o cotidiano, o popular, o que é distante dos supostos “grandes momentos históricos”, mas que tem fortes ressonâncias em toda cultura.

Uma última questão sobre a história imperial chinesa não deve ser esquecida. Nós, brasileiros, sempre acostumados a presenciar o eurocentrismo, e muitas vezes também a o reproduzir, ainda não nos atentamos para a visão *sinocêntrica* que os chineses têm do mundo e de si mesmos. Como afirma a autora: “os leitores brasileiros perdem a chance de compreender melhor o mundo que os rodeia ao ignorar a formação de um dos maiores impérios da humanidade, o qual se baseava na crença sinocêntrica, que é a ideia de que o mundo gira em torno da China” (p. 52). Isso implica que qualquer estudo sobre culturas chinesas tem que ter em mente essa autorrepresentação de superioridade e centralidade, inclusive para entender minorias étnicas “chinesas” dentro e fora da China. Também ajuda a entender tanto fatos históricos que mostram a grandeza da China Imperial, como a Rota da Seda (p. 77) e o Sistema de Cantão (p. 99), quanto os motivos da arrogância imperial chinesa frente às primeiras tentativas de contato de europeus.

Nas partes II e III, a autora irá investir na tentativa de interpretar as experiências chinesas ao longo do século XX e décadas iniciais de nosso século, esforçando-se por inseri-las no contexto de longa duração da cultura chinesa que, “com suas idas e vindas, altos e baixos, se mantém ao longo de quatro mil anos de história” (p. 240). Também de maneira muito louvável, procura conectar a singularidade do processo histórico chinês, ao longo desses últimos 110 anos, aos acontecimentos que se desenvolveram em um contexto mais global. Explora-se, por exemplo, a relação ambivalente com a Rússia, que no início do século é fonte de admiração e aliada dos comunistas chineses que estão se organizando para a revolução (p. 114), embora mais tarde se torne um estorvo para o projeto hegemônico e personalista de Mao Zedong, que acaba rompendo relações com aquele país em 1963, antevéspera da experiência radical para os chineses que foi a Revolução Cultural (p. 120).

Também temos informações sobre a trágica experiência imperialista japonesa em solo chinês, fonte de um sentimento latente de revanchismo entre a população chinesa atual e que é explorado e incitado pelo Partido Comunista Chinês (p. 188). É elucidativa a afirmação da autora sobre a situação da relação atual entre os dois países, marcada por um grande nó do passado: “No ano de 2005, o Japão, por meio do então primeiro-ministro Koizumi, expediu um pedido oficial de desculpas pelas atrocidades cometidas durante a invasão – ato que foi bem aceito pelo governo chinês, mas não perdoado” (p. 115).

Ao longo das duas últimas partes do livro a autora nos apresenta marcos interessantes para pensarmos a história recente da China, propondo classificações e divisões temporais bastante esclarecedoras. Precisamos nos atentar, por exemplo, para o fato de que a China já assiste à quinta geração do Partido Comunista Chinês (PCC), no poder desde 1949. Conforme a autora nos adverte, a China atravessou o milênio com a autoridade do PCC fortes. “Mudaram-se os regimes políticos, mas a autoridade do Estado mantém-se como uma fonte centralizadora da sociedade e da cultura chinesa ao longo de milênios” (p. 133).

De 1949 a 1976 exerceu o poder a primeira geração do PCC. É conhecida por *Era Mao*, embora o grande líder da nação não tenha conduzido sozinho a China durante esse período. Após a morte de Mao Zedong houve a prisão da “gangue dos quatro” encabeçada pela esposa de Mao, grupo que teve papel fundamental durante a Revolução Cultural. Ascende ao poder, então, o antigo camarada Deng Xiaoping, com planos de abertura econômica para o país. Essa inflexão no PCC marcaria a segunda geração do PCC. Com o massacre de 1989, em Tiananmen, rasgado da memória dos chineses mas icônica para o público de todo o mundo, o PCC volta a entrar em uma grande crise que faz com que Deng seja afastado da liderança do Partido e tome a dianteira o também antigo revolucionário, Jiang Zemin Li Peng. Jiang Zemin governaria de 1992 a 2002,

constituindo a terceira geração do PCC, caracterizada pela consolidação da economia chinesa no cenário internacional (p. 132). Recentemente, em 2012, assistimos ao fim da administração de Hu Jintao e Wen Jiabao, quarta geração de líderes do PCC. A quinta geração, que conta com a liderança de Xi Jinping e Li Keqiang, toma o poder com um legado de sucesso econômico sem precedentes, mas com desafios importantes como: reduzir as desigualdades; diminuir as taxas de poluição; controlar a corrupção; e garantir a soberania do território (p. 168).

Há também uma análise histórica e sociológica da política econômica chinesa diante das transformações dos últimos séculos. Passado o que ficou conhecido pelos habitantes do País do Meio como o “Século da Humilhação”, período entre 1850 e 1950, quando estrangeiros controlaram os destinos da China, o país se fechou para a economia mundial durante a *Era Mao*. Assim sendo, entre 1950 e 1960, o centro de diálogo econômico com o mundo no leste asiático foi o Japão. Entre 1970 e 1980, o centro motor do encontro econômico ocidente-leste asiático se desloca para países como Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan, regiões com mão de obra barata e disciplina de trabalho. Como fruto de uma década de abertura proposta por Deng Xiaoping, nas chamadas Zonas Especiais do território chinês, os anos entre 1990 e 2000 se apresentam como o grande momento econômico da China, fato que tem implicações políticas e culturais importantes para aquele país e para o resto do mundo (p. 137). De país reconhecido pela produção de cópias mal feitas de grandes marcas internacionais, durante a década de oitenta, a China se desponta, a partir da década de noventa do século vinte e, sobretudo, nos iniciais do século vinte e um, como uma das grandes potências criativas e tecnológicas no âmbito global se mostrando competitiva com marcas americanas, europeias e japonesas (pp. 162-163).

Mesmo se tratando de cópias, que ainda constituem um mercado forte nas Zonas Econômicas Especiais chinesas (cidades concentradas no sul e litoral do país), Pinheiro-Machado contesta a carga pejorativa que o termo tem para os ocidentais. Alega com um argumento que brota da própria tradição chinesa, na qual cópia e criação não são elementos opostos. O próprio Confúcio, ao espalhar seus ensinamentos, dizia estar transmitindo ao invés de estar criando (p. 154). A pesquisadora acrescenta: “a criação pura – que emergiria do nada – dificilmente existe: ela sempre emerge de processos de cópias e inspirações sobre o qual se adiciona algo novo” (p. 159). A título de sugestão para leitura sobre o assunto, uma análise ainda mais aprofundada sobre essa temática pode ser encontrada em outra obra recente da mesma autora do livro aqui resenhado: *Made in China: (in)formalidades, pirataria e redes sociais na rota China-Paraguai-Brasil* (Pinheiro-Machado, 2011).

A autora do livro nos deixa muito claro que a volta a Confúcio é sempre necessária quando se trata de se colocar no lugar de um chinês diante do mundo. A reverência aos modelos antigos que devem ser repetidos é fundamental no pensamento do autor e embasa a prática cotidiana de milhões de seres humanos que são educados a partir da visão de mundo sinizada. Isso nos ajuda a compreender a centralidade da cópia em sua economia e também outros aspectos de sua cultura como a relação tensa que mantêm com a noção de direito e constituição segundo parâmetros eurocêntricos

Os mesmos países que pressionam a China para que ofereça produtos sempre mais baratos, cobram do governo daquele país um incremento nas leis trabalhistas e nos direitos garantidos para os trabalhadores. Em sua resposta ao mundo, sobretudo as acusações dos Estados Unidos às desumanidades na China, na Conferência Mundial das Nações Unidas de 1993 é Confúcio quem aparece novamente na fala dos chineses. Noções confucianas de harmonia e humanidade foram utilizadas para falar de um histórico humanista chinês. Da mesma forma, o governo chinês afirmou “possuir a sua concepção própria de direitos humanos, qual seja, ‘socialista com características chinesas’, que atende às singularidades do contexto atual da nação” (p. 145).

Mero uso retórico de Confúcio ou afirmação cultural de um paradigma distinto de um modo de estar no mundo? Essa é uma das várias encruzilhadas pelas quais temos de nos debruçar na tentativa de compreender a experiência chinesa ao longo de sua ampla história. Algumas evidências apontadas pelo próprio livro que agora resenhamos indicam que o PCC parece não estar fazendo jogo de palavras para o mundo. Se a questão econômica permanece na pauta do dia para o governo chinês, o que salta à vista é a preocupação que o governo tem para consigo

mesmo, no sentido de se manter forte e centralizador, como condutor da nação, em oposição à descentralização que trouxe o caos à China nos dois séculos que nos antecedem.

As categorias *socialismo* e *capitalismo* são recentíssimas na história da humanidade. Têm no máximo trezentos anos. A concepção de Estado para os chineses, por outro lado, é infinitamente mais antiga, conta com milênios de elaboração. Estruturados nessas narrativas de longa duração, os líderes do PCC, já há alguns anos, perceberam essa fragilidade histórica e parecem se orientar por noções muito singulares de sua própria cultura e, por vezes, de difícil compreensão para outras visões de mundo. Nesse sentido é emblemática a frase alegórica lançada por Deng Xiaoping, em 1961, que viria a ser uma marca do governo do PCC nas décadas posteriores: “não importa se o gato é branco ou preto, o gato bom é o que morde os ratos”. Conforme nos esclarece a autora do livro, Deng teria se convencido de que “não importa se é comunista ou capitalista, o importante é gerar prosperidade” (p. 130).

E assim tem seguido o “Partidão”. Entre Comunismo e Capitalismo o governo chinês escolheu o caminho do meio: *yin* e *yang*, *isso* e *aquilo*, ao invés de *isso* ou *aquilo*. Entre esses elementos conflituosos e móveis, o que parece permanecer é o antigo ideal de um império forte do reino do meio, que voltara a seus trilhos a partir de 1949 e que se encaminha a passos largos para o pedestal do poder mundial. As consequências disso são difíceis de serem previstas.

Terminamos essa resenha concordando com a afirmação conclusiva da autora: “é fundamental que a história da China entre nos currículos escolares [brasileiros] para que as crianças já cresçam com um horizonte mundial expandido, no qual emergem múltiplas narrativas para além da história eurocentrada (assim como a importância da história da África)” (p. 243). Pensando também no ensino superior e na construção de um entendimento mais completo no sentido global e local, afirma: “O investimento em pesquisa científica precisa ser expandido para refletirmos de forma crítica não sobre o nosso parceiro comercial, mas sobre parte fundamental da história universal da raça humana. É preciso entender a China para compreendermos melhor nós mesmos”. *Ênfase adicionada!*

### Referências bibliográficas

- FAIRBANK, John King. *China: uma nova história*. Tradução de Marisa Motta. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Made in China: (in)formalidades, pirataria e redes sociais na rota China-Paraguai-Brasil*. São Paulo: Anpocs, 2011.
- POCESKI, Mario. *Introdução às religiões chinesas*. Tradução de Márcia Epstein. São Paulo: Editora Unesp, 2013.